



FORUM MUNDIAL SOBRE O ACESSO À TERRA **FMAT 2016**

FORUM MUNDIAL SOBRE O ACESSO À TERRA E RECURSOS NATURAIS (FMAT 2016)

10 anos após o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (FMRA) e Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR)

Antecedentes

Há muito tempo que a questão do acesso à terra é reconhecida como um passo necessário para a melhoria das condições de vida das populações rurais mais vulneráveis e para a melhoria da segurança alimentar de um número cada vez maior de pessoas. Em 1979, a Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural, organizada pela FAO, concluiu sobre a necessidade de distribuir terras àqueles que não têm acesso a ela e aos produtores que não têm o suficiente para viver, com dignidade, do seu trabalho. Em 1996, a Cimeira Mundial sobre Alimentação, convocada pela FAO em Roma, constatava que o problema da fome estava longe de ser resolvido e definia 2015 para reduzir, para metade, o número de pessoas que sofrem de fome, objetivo que foi reconhecido como fora do alcance seis anos depois, na ocasião de uma nova cimeira reunida sobre o assunto (2002). Em 2004, a FAO, no seu relatório sobre o estado de insegurança alimentar no Mundo, observou que a fome continua a aumentar a uma escala global.

Foi neste contexto que o Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional (CERAI) e muitas organizações da sociedade civil organizaram, em dezembro de 2004 em Valência (Espanha), o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (FMRA), que reuniu 500 delegados representando mais de 200 organizações de 72 países e 5 continentes. Esta foi uma oportunidade para constatar como a falta de acesso à terra e o processo de marginalização dos camponeses alimentavam a pobreza, o êxodo rural e os fluxos migratórios. Na conclusão dos seus trabalhos, o FMRA afirmava que o objetivo comum da soberania alimentar é consistente com o acesso à terra e aos recursos naturais e que o reconhecimento dos direitos das populações rurais de todo o mundo é um pré-requisito.

Dois anos após o novo impulso dado pelo FMRA, a FAO e o Governo do Brasil organizaram, em 2006 em Porto Alegre (Brasil), a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR). Os Estados presentes nesta conferência reafirmaram que a insegurança alimentar, a fome e a pobreza rural é em grande parte o resultado de uma falta de acesso aos recursos produtivos sofrida pela maioria dos agricultores de todo o mundo e destacaram o grande papel potencial da agricultura familiar, em geral, e das comunidades rurais tradicionais e grupos indígenas em particular, na promoção da segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável para todos. Esta conferência concluiu os seus trabalhos alertando para a necessidade de reorientar as políticas de desenvolvimento para as populações mais vulneráveis, através do reforço dos seus direitos, tanto individuais como coletivos.

Dez anos após o FMRA (2004) e a CIRADR (2006) um balanço amargo

As mudanças que foram observadas no campo nos últimos dez anos, a nível mundial, estão longe das recomendações que foram feitas pelo FMRA e pela CIRADR. A situação tem mesmo vindo a piorar nos últimos anos, devido aos processos de aquisição / arrendamento de terras em larga escala por um pequeno número de agentes económicos.

Em anos recentes, as questões sobre os impactos sociais e políticos de projetos de investimento em grande escala e os riscos que representam para a segurança alimentar e o meio ambiente têm sido expressas em diversas ocasiões e por várias organizações. A falta de transparência nas transações de terras e a negação de formas locais de acesso e de utilização dos recursos de terra e água foram reconhecidos como fatores que favorecem a exclusão dos camponeses. O objetivo desses projetos, geralmente a exportação de produtos agrícolas, foi vinculado com os problemas de insegurança alimentar enfrentados pelas populações dos países anfitriões, especialmente quando a sua implementação exige, muitas vezes, a substituição de culturas alimentares por culturas destinadas à produção de agrocombustíveis. Finalmente, este tipo de projeto é muitas vezes baseado em sistemas de produção de monocultura e dependendo fortemente do uso massivo de energia fóssil, insumos de origem industrial e sementes transgênicas, representando risco de poluição dos solos e das águas e de diminuição da biodiversidade.

De um modo mais geral, as transformações contemporâneas da agricultura em muitas partes do mundo e o continuado crescimento da população foram acompanhados, por um lado, do empobrecimento de um grande número de agricultores e, por outro lado, da expulsão de milhões de pessoas do setor agrícola. Este fenómeno reflete o bloqueio do investimento e a profunda crise que enfrentam muitas regiões agrícolas. Esta verdadeira exclusão de centenas de milhões de agricultores, devido à falta de acesso adequado à terra, à água de irrigação e a outros insumos, alimenta atualmente um amplo processo de marginalização e de perda de dignidade, acarretando grandes desequilíbrios. Essa falta de garantia sobre o acesso à terra, à água, às pescas e às florestas, e o desenvolvimento paralelo de grandes projetos agroindustriais e florestais levam cada vez mais à expulsão de comunidades inteiras do local onde vivem e trabalham. Sabemos também que são precisamente estas áreas rurais pobres que concentram a maior parte das pessoas que sofrem de desnutrição no mundo. «O estado de insegurança alimentar no Mundo», elaborado pela FAO em 2013, destaca o número de 842 milhões de pessoas subnutridas, três quartos dos quais vivem em meios rurais.

As Nações Unidas declararam 2014 como o «Ano Internacional da Agricultura Familiar» chamando assim a colocar de volta este modelo no centro das políticas e investimentos agrícolas, reconhecendo as suas especificidades e capacidades para aumentar a produção de alimentos, preservando os ecossistemas, gerando emprego e reduzindo a pobreza. Num momento histórico em que estas políticas nunca foram tão ameaçadas em todo o planeta, esta decisão tem uma orientação clara e uma dimensão particular.

Muitas iniciativas têm sido tomadas neste sentido e o diálogo entre os governos nacionais, organizações da sociedade civil e organismos multilaterais pode ter sido reativado numa nova base, incluindo, em particular, a questão do direito à terra e aos recursos naturais. Uma das iniciativas mais significativas é a da Comissão de Segurança Alimentar (CSA), envolvendo, ao mesmo tempo, os Estados, as instituições internacionais e a sociedade civil, que, em 2012, adotou as “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional”. Após dois anos de negociação, essas orientações foram a expressão de um amplo consenso para promover a governança responsável da terra como uma resposta ao processo de açambarcamento. Reunido em Roma em 21 de fevereiro de 2014, o Fórum dos Agricultores pediu solenemente aos governos a implementação das decisões adotadas pela Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural (CIRADR, 2006) e pela CSA.

CHAMADA

Dez anos após o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária FMRA (Valência, 2004) e a Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural CIRADR (Porto Alegre, 2006) e em linha com o Ano Internacional da Agricultura familiar (AIAF), nós, os signatários desta chamada, sublinhamos a necessidade de reunir diferentes atores sociais e instituições para aprofundar o debate e para melhorar o acesso dos agricultores pobres à terra, água e recursos naturais.

A situação atual - persistência da fome, o crescimento populacional, a exclusão, o desemprego em massa, a crise ambiental e a perda da soberania alimentar - assim como aquisições, arrendamentos e concessões de terras - convidam a rever a questão do acesso à terra e aos recursos produtivos. Embora os grandes projetos tenham um retorno sobre o investimento, a sua eficiência económica e, principalmente, os interesses das comunidades afetadas e das gerações vindouras estão longe de estar garantidos.

Irá a decisão de promover as empresas agrícolas baseadas na produção de um pequeno número de commodities, na forte utilização de insumos sintéticos e de combustíveis fósseis, e na utilização de trabalho assalariado resultar num aumento significativo da produção e da riqueza? Criará emprego e renda para centenas de milhões de ativos hoje excluídos e para outros tantos ou mais esperando para entrar no mercado de trabalho? Será a próxima revolução agrícola, com capacidade para alimentar 9 mil milhões de pessoas adequadamente, dar trabalho a um maior número de pessoas e erradicar a fome, baseada, como no passado, na substituição massiva do trabalho pelo capital? Como garantir que os princípios no âmbito das «diretrizes voluntárias» se traduzam, de facto, pelo respeito dos direitos das pessoas e a promoção do desenvolvimento sustentável?

Por fim, a questão dos direitos e dos «bens comuns», parece-nos dever ser reintegrada na agenda das discussões internacionais. O açambarcamento massivo dos recursos do planeta, e a diversidade das suas manifestações, reflete a sua cada vez maior mercantilização, em nome do crescimento e bem-estar global. Mas isto conduz à ignorância das dimensões históricas, sociais, ecológicas, culturais e políticas das dinâmicas em curso, e à minimização dos seus impactos. Neste contexto, parece-nos necessário reengajar a questão dos direitos humanos, especificamente o direito equitativo à terra, água e demais recursos naturais e o direito de implementação de sistemas de produção mais conformes com as escolhas ecológicas, económicas, culturais e técnicas das comunidades, de acordo com o interesse global.

Convocamos as organizações da Sociedade Civil e as Instituições Governamentais a participar na mobilização para o Fórum Mundial sobre acesso à terra e recursos naturais. É necessário debater e analisar as propostas de desenvolvimento atuais e os graves problemas que delas derivam. Convocamos para a celebração do FEMAT 2015 para juntos encontrarmos e implementarmos as respostas mais eficazes para os resolver.



FORUM MUNDIAL SOBRE O ACESSO À TERRA
FMAT 2016

LISTA INICIAL DOS SIGNATÁRIOS DA CHAMADA

Organizações camponesas e da sociedade civil

ACTIONAID INTERNACIONAL

ACTUAR, Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, Portugal

AFA, Associação de Fazendeiros Asiáticos para o Desenvolvimento Sustentável Rural (Asian Farmers' Association for sustainable rural development)

AGTER, Associação pela melhoria da governança da terra, da água e dos recursos naturais (Association pour l'Amélioration de la Gouvernance de la Terre, de l'Eau et des Ressources Naturelles), França

ANEC, Associação Nacional de Empresas Comercializadoras de Produtores do Campo (Asociación Nacional de Empresas Comercializadoras de Productores del Campo), México

APMM, Associação as populações da montanha do mundo (Association des Peuples des Montagnes du Monde)

CAFS, Centro de Agroecologia e Segurança Alimentar (Centre for Agroecology and Food Security), Reino Unido

CED, Centro para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Centre pour l'Environnement et le Développement), Camarões

CEPES, Centro Peruano de Estudos Sociais (Centro Peruano de Estudios Sociales), Peru

CERAI, Centro de Estudos Rurais e Agricultura Internacional (Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional), Espanha

CES, Centro de Estudos Sociais, Portugal

CNCPR, Conselho Nacional de Concertação dos Produtores Rurais do Chade (Conseil National de Concertation des Producteurs Ruraux du Tchad)

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Brazil

COPROFAM, Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coordinadora de Organizaciones de productores Familiares del Mercosur)

CSA, Coalizão pela Soberania Alimentar (Coalition pour la Souveraineté Alimentaire), Quebec, Canada

EKTA PARISHAD, India

FNCA, A Fundação Nova Cultura da Água (Fundacion Nueva Cultura del Agua), Espanha

FPP, Programa de Povos da Floresta (Forest Peoples Programme), Reino Unido

GLOBAL WITNESS

IFOAM, Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (International Federation of Organic Agriculture Movements)

MVIWATA, Organizaçao de Camponeses de Tanzânia (Mtandao wa Vikundi vya Wakulima)

OPSA, Observatório Político e Social de Angola, Angola

OXFAM

PENHA, Rede de pastores e de Meio Ambiente no corno de Africa (Pastoral and Environmental Network in the Horn of Africa)

PHANO, Associação do Vietname de Ciência do Desenvolvimento Rural (Vietnam Association of Rural Development Science)

PROPAC, Plataforma Sub-Regional das Organizações Camponesas da Africa Central (Plateforme Régionale des Organisations Paysannes d'Afrique Centrale)

ROPPA, Rede de Organizações camponesas e de Produtores Agrícolas da África Ocidental (Réseau des organisations paysannes et de producteurs agricoles de l'Afrique de l'Ouest)

SLOW FOOD

SOCLA, Sociedade Científica Latino-americana de Agroecología (Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología)

WFF, Fórum Mundial de produtores e trabalhadores da pesca (World Forum of Fish harvesters and fish workers)

Organizações governamentais e internacionais

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, República Federativa do Brasil

Ministério da Agricultura e do Equipamento Rural (Ministère de l'Agriculture et de l'Équipement Rural), República do Senegal

Departamento da Reforma Agrária (Department of Agrarian Reform) República das Filipinas

Pessoas

ABIS Sébastien (Administrador do Centro Internacional de Estudos agrônômicos Avançados do Mediterrâneo, CIHEAM, França)

ADAMS Martin (Mokoro, Reino Unido)

AGUILERA KLINK Federico (Professor da Universidade de San Fernando de La Laguna, Espanha)

AKESBI Najib (Professor, Instituto de Agronomia e Veterinária de Rabat, Marrocos)

ALTIERI Miguel (Professor, Universidade de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos da América)

AMIN Samir (Fórum Mundial de Alternativas, Egípto - França)

ARBENZ Markus (Director da Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica, IFOAM, Suíça)

ARNALTE Eladio (Professor, Universidade Politécnica de Valência, Espanha)

ARROJO Pedro (Professor Emerito, Departamento de Análise Econômica, Universidade de Saragoça, Espanha)

BOVÉ José (Membro do Parlamento Europeu, França)

CHONCHOL Jacques (Ex-ministro chileno da Agricultura, governo de Salvador Allende, Chile)

CISSOKHO Mamadou (Presidente de Honra da Rede de Organizações camponesas e Produtores Agrícolas da África Ocidental, Senegal)

COCHET Hubert (Professor, AgroParisTech, França)

COULIBALY Ibrahima (Presidente da Coordenação Nacional das Organizações Camponesas de Mali, CNOP, e Embaixador especial da FAO para o Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014)

DAO The Anh (Diretor de Pesquisa, Academia de Ciências Agrícolas do Vietnã)

DE ALBUQUERQUE Catarina (Relatora especial das Nações Unidas para o direito à água e saneamento, Portugal)

DE SCHUTTER Olivier (Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação 2008 - 2014, Bélgica)

EGUREN Fernando (Presidente do Centro Peruano de Estudos Sociais, CEPES)

ELLOUMI Mohamed (Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola da Tunísia, INRAT)

GARCÉS Vicent (Membro do Parlamento Europeu, CERAI, Espanha)

GOMEZ Sergio (Sociólogo Rural, Chile)

GONZÁLEZ DE MOLINA Manuel (Professor, Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha)

HERREN Hans (Presidente e CEO do Instituto do Milênio, Presidente da Fundação Biovision, Estados Unidos da América)

HOUTART François (Professor Emerito, Universidade Católica de Lovaina, Fundador del Centro Tricontinental, CETRI, Bélgica)

JAIZME Maria del Carmen (Instituto Canário de Investigações Agrárias, ICIA, Espanha)

KAIMOWITZ David (Ex-Presidente-executivo do Centro Internacional de Pesquisas Florestais, CIFOR, Estados Unidos da América)

KOOHAFKAN Parviz (Presidente da Fundação da herança dos agriculturas do mundo, Irã)

LAZOS CHAVERO Elena (Professora, Universidade Nacional Autônoma do México)

LEITE Sergio Pereira (Professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

LEIVA MONTENEGRO Cecilia (Ex-vice-ministro chileno da Agricultura)

LOYAT Jacques (Agrônomo, pesquisador associado do CIRAD, France)

MAMALO Abdoul Karim (Ex Secretário permanente do Código Rural do Níger)

MAZOYER Marcel (Professor Emerito, AgroParisTech, França)

MERINO Leticia (Presidente da Associação Internacional para o Estudo dos Comuns, IASC, México)

MERLET Michel (Diretor-Geral, AGTER)

MUSSE AHMED Sadia (Rede Pastoral e Ambiental do Corno de África, PENHA, Somaliland / Somália)

NGUIFFO Samuel (Secretário-geral do Centro para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento, Republica dos Camarões)

NICHOLLS Clara (Professora, Universidade de Antioquia, Colômbia)

OH Hyunseok (Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural Terrami, Coreia do Sul)

OLIVEIRA BAPTISTA Fernando (Ex-ministro da Agricultura de Portugal)

PACHECO Fernando (Observatório Político e Social de Angola, OPSA)

PALEBELE Kolyang (Presidente do Conselho Nacional de Concertação dos Produtores Rurais do Chade, CNCPR, Vice-Presidente da Plataforma Sub-Regional das Organizações Camponesas da Africa Central)

PARÉ Frédéric (Coordenador da Coalizão pela Soberania Alimentar, Quebec, Canadá)

PIMBERT Michel (Diretor do centro de agroecologia e segurança alimentar, CAFS, Coventry University, Grupo de alto nível de especialistas do comitê de segurança alimentar da organização para agricultura e alimentação, Reino Unido)

QUINTANA Victor (Assessor da Frente Democrática Comonesa, Professor, Universidade Autônoma da Cidade Juárez, México)

ROUILLE D'ORFEUIL Henri (Academia da Agricultura da França, Coordenador francês do Ano Internacional da Agricultura Familiar, França)

SARMENTO Francisco Bendrao (Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, Portugal)

SERRA Carlos (Professor, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)

SUÁREZ CARRERA Víctor (Diretor da Associação Nacional de Empresas Comercializadoras de Produtores do Campo, ANEC, México)

TORREMOCHA Eva (membro do comitê diretor, Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica, IFOAM)

VUARIN Pierre (Diretor de programa, Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso da Humanidade, França)



FORUM MUNDIAL SOBRE O ACESSO À TERRA

FMAT 2016

SECRETARIADO PERMANENTE DO FMAT 2016



AGTER (Associação pela melhoria da governança da terra, da água e dos recursos naturais)

Mathieu Perdriault

FMAT Secretário Executivo

Escritório: 45 bis avenue de la Belle Gabrielle, 94736 Nogent sur Marne Cedex, France

Tel: +33 143 947 259

Email: agter@agter.org

Web: <http://www.agter.asso.fr> ; <http://agter.org>



Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional (CERAI)

David Torres

CERAI Director

Escritório: Escuela de Capataces Agrícolas. Camí del Port s/n. 46470 Catarroja, Valencia/España

Tel: +34 674 002 700

Email: info@cerai.org

Web: <http://cerai.org>

As datas, o lugar e a organização do Fórum serão estabelecidos pelo Comitê Internacional Organizador (CIO FMAT 2016).

Apoiado por :



Fondation Charles Léopold Mayer
pour le Progrès de l'Homme

PARA PARTICIPAR DA CHAMADA

Envie um e-mail : secretariat@landaccessforum.org



FORUM MUNDIAL SOBRE O ACESSO À TERRA
FMAT 2016

www.landaccessforum.org